ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL PALÁCIO PADRE MIGUELINHO GABINETE DO VEREADOR ROBSON CARVALHO

PROJETO DE LEI. REVOGAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N° 6.077/10. REVERSÃO AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE NATAL DE GLEBA DE TERRA DOADA A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE. DESCUMPRIMENTO DE ENCARGO DO DONATÁRIO. APROVAÇÃO TOTAL DO PROJETO.

PROJETO DE LEI Nº 00137/17 INTERESSADO: VEREADOR PRETO AQUINO

PARECER

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei, proposto pelo Vereador Preto Aquino, que dispõe sobre a revogação da Lei Municipal nº 6.077/10 com a consequente reversão ao patrimônio do Município do Natal da gleba de terra doada à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, pelo descumprimento de encargo do donatário e dá outras providências.

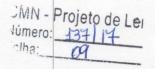
Em 12 de junho do corrente ano, o Departamento Legislativo emitiu certidão informando que não foram identificadas proposições semelhantes ao projeto de lei sob análise (fl. 04).

Os autos foram distribuídos inicialmente para que o Vereador Ériko Jácome emitisse parecer, ocasião em que exarou posicionamento favorável ao prosseguimento do projeto.

Ato contínuo, o Vereador Robson Carvalho pediu vista, ocasião em que lhe foram concedidas, motivo pelo qual passa a emitir sua opinião.

É o que importa relatar.





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL PALÁCIO PADRE MIGUELINHO GABINETE DO VEREADOR ROBSON CARVALHO

II – FUNDAMENTAÇÃO

a) Da competência da Comissão para apreciação do projeto.

O inciso I, do art. 62, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Natal, disciplina que compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final opinar sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental, de técnica legislativa e correção de linguagem de todas as proposições sujeitas à apreciação da Câmara. Assim, a análise do presente Projeto de Lei, respeita a competência regimental atribuída a esta Comissão.

b) Da análise Constitucional. Constitucionalidade da proposição.

A Constituição Federal, outorgada em 1988, disciplina em seu art. 18 que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estado, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.

O art. 29, do mesmo diploma legal, prevê que o Município reger-se-á por lei orgânica. E o inciso I, do art. 30, do texto legal dispõe que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.

Nesse interim, considerando as disposições constitucionais, a presente propositura se encontra respaldada nos ditames legais, de modo que a matéria analisada é constitucional.

c) Revogação da Lei nº 6.077/10. Reversão de área doada ao patrimônio do Município. Decurso de prazo para construção.

O projeto sob análise versa sobre a doação de 01 (um) terreno, localizado na Avenida Xavantes, no bairro de Cidade Satélite, Natal/RN, realizada pelo ente Público Municipal à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, com o objetivo de que fosse construído um imóvel que funcionasse como Sede Social da



MIN - Projeto de Lei lúmero: 437/14

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL PALÁCIO PADRE MIGUELINHO GABINETE DO VEREADOR ROBSON CARVALHO

OAB/RN, prestasse assistência jurídica gratuita a pessoas notadamente carentes e ainda fomentasse outras ações sociais em geral.

A referida doação foi realizada através da Lei Municipal nº 6.077/10 e publicada no Diário Oficial do Município em 06/04/2010.

O Art. 3º da mencionada norma que disciplina a doação dispõe que a área doada se reverterá ao Patrimônio do Município caso não seja utilizada para o fim que se destina, decorrido o prazo de 02 (dois) anos, a partir da data da publicação da lei, *in verbis*:

Art. 3º A área doada reverterá ao Patrimônio do Município, caso não seja utilizada para o fim que se destina, decorrido o prazo de 02 (dois) anos, a partir da data da publicação desta Lei.

Assim, passados 07 (sete) anos sem providências, necessária se faz a reversão da doação.

Nesse intuito, verificado o preenchimento de todos os aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais, da boa técnica legislativa e de linguagem, esta Relatoria não encontra óbice ao prosseguimento do Projeto sob análise.

III - DO VOTO

Diante de todo o exposto, o voto é pela APROVAÇÃO TOTAL do Projeto de Lei nº 00137/17.

Este é o Parecer, salvo melhor juízo.

Natal/RN, 31 de outubro de 2017

Robson Carvalho

Vereador

PMB



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

Designo o(a) vereador(a) Fuko 70000 para nos termos do artigo 62 e seguintes e artigo 143 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitim parecer a presente proposição legislativa. Natal,RN 26/06/2017.
Ver. Aldo Clemente Presidente
PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
(x)PROJETO DE LEI ()RESOLUÇÃO ()DECRETO LEGISLATIVO ()PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR ()PROCESSO ()EMENDA Nº 13+11.
Autor: Vereador(a) Reto Aguino.
Relator: Vereador(a) Rleber Formandes
VOTO DO RELATOR: Favorável ao Projeto
Vereador Aldo Clemente Presidente () Favorável ao Parecer () Contrário ao Parecer () Abstenção Vereador Kleber Fernandes Membro Vereador Klaus Araújo Membro Membro Vereador Vereador Membro M
() Contrário ao Parecer () Contrário ao Parecer () Contrário ao Parecer
Vereador Robson Carvalho Vereador Robson Carvalho Membro () Favorável ao Parecer () Contrário ao Parecer () Abstenção () Abstenção () Abstenção